



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA**

Processo nº	15374.004710/2001-27
Recurso nº	155.536 Voluntário
Matéria	IRPJ - Ex(s): 1999
Acórdão nº	103-23.162
Sessão de	09 de agosto de 2007
Recorrente	Construtora Queiroz Galvão SA
Recorrida	8ª TURMA DA DRJ/RIO DE JANEIRO/RJ

IRPJ/CSLL -DESPESAS - COMPROVAÇÃO -
Trazendo o sujeito passivo prova da efetiva prestação
de serviços, restabelece-se a despesa glosada pelo
fisco pela não comprovação documental.

Recurso Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por
CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A..

ACORDAM os Membros da TERCEIRA CÂMARA do PRIMEIRO
CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso,
nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER

Presidente

MARCIO MACHADO CALDEIRA

Relator

FORMALIZADO EM 14 SET 2007

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros, Aloysio José Percínio da Silva , Leonardo de Andrade Couto, Alexandre Barbosa Jaguaribe, Antonio Carlos Guidoni Filho, Guilherme Adolfo dos Santos Mendes e Paulo Jacinto do Nascimento.

Relatório

Construtora Queiroz Galvão S.A. recorre a este colegiado da decisão da 8ª Turma da DRJ/Rio de Janeiro que julgou procedentes os lançamentos consubstanciados no presente processo.

Na decisão recorrida os fatos e argumentos de impugnação foram assim sintetizados:

“Trata o presente processo dos autos de infração de fls 89/92 e 93/96 referentes ao Imposto sobre a Renda e Contribuição Social, lavrados pela Delegacia de Fiscalização no Rio de Janeiro, através dos quais foram consubstanciadas as exigências de R\$ 1.603.077,44 e R\$ 470.997,49 respectivamente, além de multa de 75% sobre elas incidente e demais acréscimos moratórios .

Da exigência relativa ao IRPJ, dita principal, decorreu a de CSLL.

Conforme descrição dos fatos de fls 86/88 e 90, o lançamento principal teve como fundamento:

1) Glosa de despesas por falta de comprovação

31/12/1998 – R\$ 5.887.468,67

2) Falta de adição ao lucro real de juros decorrentes de mútuos realizados com pessoa vinculada no exterior

31/12/1998 – R\$ 524.841,09

Capitulação legal e valores apurados às fls 90/91.

Inconformada, a interessada apresentou a impugnação de fl. 104/106, na qual declara concordância relativamente à parcela da autuação relativa a preço de transferência (2º item do auto de infração). Quanto à glosa de custos não comprovados, requer o cancelamento da exigência, alegando a seu favor ter juntado aos autos os documentos capazes de ilidir a autuação..”

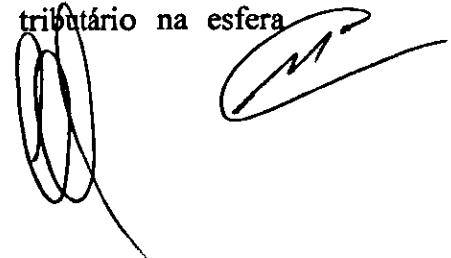
A decisão recorrida portou a seguinte ementa:

“Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ano-calendário: 1998

Ementa: PAF. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO.

A ausência de contestação demonstra inexistência de lide e esta implica a constituição definitiva do crédito tributário na esfera administrativa.



EFETIVIDADE. ÔNUS DA PROVA.

O sujeito passivo, ao deixar de demonstrar que os serviços oriundos das despesas operacionais incorridas foram efetivamente prestados, faz com que seja ratificada a glosa realizada pelo Fisco.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Ano-calendário: 1998

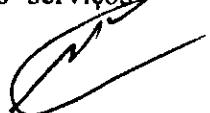
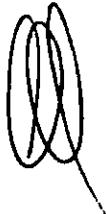
Ementa: LANÇAMENTO REFLEXO.

Decorrendo as exigências da mesma imputação que fundamentou o lançamento do IRPJ, deve ser adotada, no mérito, a mesma decisão proferida para o Imposto de Renda, desde que não presentes arguições específicas ou elementos de prova novos. ”

Inconformada com a decisão prolatada pela 8ª Turma da DRJ/Rio de Janeiro/RJ I, apresentou a contribuinte a peça recursal, mediante a qual reafirma as razões de impugnação e trazendo provas suplementares da efetividade das despesas glosadas.

Tais provas consistem, além das notas fiscais apresentadas junto com a peça inicial do litígio, dos contratos de sub empreitada e relatório de medições dos serviços descritos.

É o Relatório.



Voto

Conselheiro MARCIO MACHADO CALDEIRA, Relator

O recurso voluntário preenche os requisitos de admissibilidade e deve ser conhecido.

Conforme posto em relatório, trata-se de cobrança de IRPJ e lançamento reflexo de CSLL decorrente de apuração, pela fiscalização, de despesas não comprovadas, motivada pela não apresentação da correspondente documentação. O segundo item da autuação foi reconhecido pelo sujeito passivo, portanto, não objeto de litígio.

Junto com a peça impugnatória foram anexados os documentos de fls. 110/132, para comprovar a prestação de serviços de sub empreiteiras, no valor da glosa efetuada.

O voto vencedor da decisão recorrida considerou o lançamento procedente, na consideração de que, tratando-se da necessidade, deve haver um nexo direto entre as despesas e as atividades da empresa. Expôs que são despesas necessárias aquelas sem as quais o empreendimento empresarial não pode ir adiante. São dispêndios que possibilitam à empresa promover suas atividades que são, enfim, produtoras dos seus respectivos rendimentos.

E, quanto à usualidade, esclarece que são usuais as despesas normais ao exercício de certa atividade, verificando-se de forma corriqueira.

Continua a justificativa do voto vencedor que além da obrigatoriedade do preenchimento dos requisitos de necessidade, normalidade e usualidade das despesas, existe a indissociável obrigatoriedade da apresentação de documentação hábil para comprová-las.

E conclui que foram juntadas na impugnação cópias de notas fiscais de serviços nas quais constam de forma genérica a descrição dos serviços. Não foram juntadas cópias dos contratos vinculados às referidas notas ou relatórios que comprovassem a execução dos serviços descritos.

Discordo, desse posicionamento do voto vencedor, concordando com os termos do voto vencido. A glosa efetuada foi pela não comprovação documental dos serviços de sub empreitada. Na fase impugnatória foram juntadas as correspondentes notas fiscais que descrevem o serviço executado, não de forma genérica como apresentado na decisão recorrida.

Também, os serviços descritos se conformam com a atividade desenvolvida pela recorrente, sendo necessários e usuais às suas atividades de empreiteira.

Mas, de qualquer forma, foram juntadas na fase recursal outros documentos que não deixam margem a dúvida acerca da efetividade dos serviços prestados. Tais documentos consistem em contratos de sub empreitada e relatório de medições.

A prova documental trazida com a impugnação e seu reforço com a peça recursal demonstram que as despesas glosadas devem ser restabelecidas, porquanto são necessárias e usuais às atividades da recorrente.

Pelo exposto, voto por dar provimento ao recurso voluntário interposto.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 2007



MARCIO MACHADO CALDEIRA

